

O PROCESSO DE TRANSFORMISMO DA UNDIME NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SEU MOVIMENTO HISTÓRICO E DE SUA CONVERSÃO EM CANAL DE ACESSO AO FUNDO PÚBLICO PELO CAPITAL

Danilo Bandeira dos Santos Cruz¹
Luciana Pedrosa Marcassa²

RESUMO: Este texto é o resultado da tese de doutorado que teve por objetivo a análise do papel da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) no processo de definição, implementação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de políticas educacionais no Brasil e suas implicações às disputas por maiores parcelas do fundo público, em um contexto de avanço das contradições do capitalismo contemporâneo e do indissociável e complementar movimento de reconfiguração do Estado, no período de 1980 a 2023, ou seja, na esteira da estratégia de desenvolvimento neoliberal e de sua respectiva variante ideológica, o social-liberalismo. A reflexão foi conduzida com base na concepção de Estado Integral, formulada por Antonio Gramsci.

Palavras-chave: UNDIME; transformismo; política educacional; Estado integral; Antonio Gramsci

INTRODUÇÃO

Esta comunicação se desdobra da tese de doutorado que analisou o papel da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) no processo de definição, implementação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de políticas educacionais no Brasil e suas implicações às disputas por maiores parcelas do fundo público, em um contexto de avanço das contradições do capitalismo contemporâneo e do indissociável e complementar movimento de reconfiguração do Estado, no período de 1980 a 2023, ou seja, na esteira da estratégia de desenvolvimento neoliberal e de sua respectiva variante ideológica, o social-liberalismo.

Desse modo, buscou-se compreender a histórica atuação da Undime na fundamental dinâmica de produção de consensos junto aos sistemas e redes de ensino do país, cujos efeitos, entre outros, têm sido a contribuição para o arrefecimento das prováveis resistências aos projetos, programas e políticas formuladas em rede por intelectuais orgânicos e coletivos da burguesia. A reflexão foi conduzida com base na concepção de Estado Integral, formulada por Antonio Gramsci, além das considerações engelmarianas acerca do metabolismo capitalista, isto é, suas leis de funcionamento.

¹ Professor vinculado à Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC-BA) e doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutora em Filosofia da Educação pela UNICAMP, com bolsa sanduíche na Université Bordeaux-3.

A análise sobre a dinâmica concreta da Undime foi fundamentada em dois movimentos da investigação, a saber: i) a partir de onze entrevistas, realizadas entre agosto e dezembro de 2021, que envolveram a participação de ex-presidentes e membros da diretoria nacional da entidade em tela, incluindo a sua Secretária Executiva e colaboradores da Revista Educação Municipal; ii) levantamento e estudo de documentos de fontes primárias e secundárias, inscritos em textos e vídeos, com destaque para a Revista Educação Municipal (6 volumes publicados entre 1988-1990 e outros 4 novos volumes publicados entre 2002-2007); Cadernos de Orientação aos Dirigentes Municipais de Educação (4 volumes publicados entre 2008-2020); Livro Educação em Movimento: o direito universal, as transformações, e possibilidades durante e após a pandemia (2021); Jornal do Brasil (1989-2003); Correio Braziliense (1988-2007) e o Plano Decenal de Educação Para Todos (1993). Outra fonte importante foi o Canal da Undime, registrado no Youtube, através do qual foram analisados 291 vídeos, publicados entre agosto de 2011 e abril de 2023.

A análise dos dados revela o *transformismo* pelo qual passou a Undime, bem como a sua desdobrada atuação contraditória em torno da disputa pelo fundo público, ambos os processos situados na esteira da atualização das estratégias de dominação das classes e frações de classe no poder. A influência da referida entidade junto a diferentes instâncias públicas e privadas e sua capilaridade em relação aos sistemas e redes de ensino do país lhe conferiram (e seguem conferindo) uma posição privilegiada na implementação dos projetos da classe dirigente, isto é, frações empresariais burguesas, o que tem facilitado a pavimentação do acesso ao fundo público às instituições de natureza privada.

1 O PROCESSO DE TRANSFORMISMO DA UNDIME E O SEU PAPEL DE CANAL DE ACESSO AO FUNDO PÚBLICO PELO CAPITAL

Esta seção aborda, de modo sintético e introdutório, a discussão traçada ao longo da pesquisa, em relação ao processo de transformismo, nos termos de Antonio Gramsci, pelo qual passou a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) ao longo de sua histórica atuação político-ideológica no campo educacional brasileiro. Tal organização, que durante o processo de redemocratização do país nos anos de 1980, guiou os seus posicionamentos a partir da influência direta das concepções de Paulo Freire e, com base nisso, lutou pela construção de uma educação pública, única e popular, ao longo das duas décadas subsequentes, passou a estabelecer relação com um conjunto de organizações privadas e a defender um novo projeto de educação para o Brasil, que na atualidade está marcadamente definido a partir da hegemonia da Fundação Lemann.

No movimento das análises, a partir do materialismo histórico-dialético, o texto estabelece uma densa e rigorosa articulação entre as instâncias econômica, política, ideológica e a dimensão educacional, demonstrando como a Undime, atuando em rede com diferentes aparelhos privados de hegemonia, ajuda a configurar as políticas educacionais do Brasil e, com isso, se converte em canal de acesso ao fundo público pelo

capital.

De modo específico, corresponde a uma análise sobre o papel da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) no processo de definição, implementação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de políticas educacionais no Brasil, bem como sua relação com o processo de disputa pelo fundo público no contexto do avanço das contradições do capitalismo contemporâneo e do indissociável e complementar movimento de alteração do funcionamento do Estado no período de 1980 a 2022, ou seja, na esteira da estratégia de desenvolvimento neoliberal e de sua respectiva variante ideológica, o social-liberalismo. Desse modo, fomos levados a compreender e discutir a dinâmica mais abrangente de atualização das estratégias e táticas de dominação burguesas no contexto de afirmação e perpetuação do capitalismo contemporâneo, consolidado após o fim do keynesianismo enquanto referência do projeto político de sociedade, e, portanto, da crise da segunda metade dos anos de 1960.

Trata-se de um movimento que, no campo específico das políticas educacionais brasileiras, teve como desdobramento lógico e histórico a constituição de um conjunto de aparelhos privados de hegemonia (APH), prevalentemente de cunho empresarial, os quais se articulam estrategicamente entre si e com outros sujeitos políticos coletivos, como a própria Undime, bem como os Organismos Multilaterais (OM), tendo em vista a consolidação da força necessária à disputa pela formulação de projetos de sociedade capazes de garantir a manutenção da hegemonia burguesa. Um dos objetivos desse complexo movimento de articulação entre essas organizações da sociedade civil é dirimir as prováveis resistências e lutas dos trabalhadores e, com isso, facilitar o acesso ao fundo público³ por parte de diferentes capitais individuais, com destaque para o grande capital, mais especificamente o capital em sua forma fictícia.

2 O TRANSFORMISMO, SEGUNDO GRAMSCI, E O MOVIMENTO DA UNDIME

É indispensável pontuar que o transformismo corresponde ao processo de cooptação, por meio do qual, historicamente, a classe dominante e suas frações absorvem intelectuais orgânicos e coletivos da classe trabalhadora. Trata-se de um movimento estratégico da burguesia, voltado à construção e consolidação da sua hegemonia, com base na absorção de grupos inicialmente contrários aos seus interesses, mas que passam a trabalhar, de modo consciente ou não, como parceiros fundamentais em seus projetos de dominação. Além disso, o conceito de *transformismo* em Gramsci vem sempre associado ao de “revolução passiva”, visto que o referido autor usa essas duas expressões

³ Em primeiro plano, o fundo público se apresenta como montante de valor capturado pelo Estado via tributação e, nesse sentido, envolve e alcança o conjunto da sociedade, ou seja, capitalistas e trabalhadores, que se colocam como contribuintes. Analisado em um nível de abstração mais elevado, o referido fundo expressa o resultado do processo de exploração do trabalho conduzido pela relação-capital. Desse modo, trata-se da combinação entre a parte do trabalho necessário e do trabalho excedente, que é extraída pelo Estado por meio do sistema tributário. Além disso, de acordo com Evilásio Salvador (2015, p. 9), “[...] o fundo público envolve toda a capacidade de mobilização que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas ou pelo uso de suas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público”.

para ler e interpretar o processo de unificação da Itália, o *Risorgimento*, uma discussão posta em evidência ao longo do seu Caderno 19, especialmente no parágrafo 24 (Gramsci, 2002). Tal reflexão ainda pode ser encontrada de forma menos concentrada no Caderno 8 e no Caderno 15 (ambos contidos no volume 5 dos *Cadernos do Cárcere*, publicados no Brasil pela Civilização Brasileira), por meio dos quais o filósofo marxista reúne suas notas sobre a relação entre revolução passiva (ou revolução-restauração), guerra de movimento e *transformismo*. Todas essas posições reflexivas ganham sentido no processo de conquista e conservação da hegemonia de determinados grupos ou classes.

Diante das contribuições gramscianas sobre o assunto, é possível afirmar que o conceito de *transformismo* envolve sempre um longo período histórico, de modificações moleculares, em que indivíduos e grupos vão alterando posições, convencendo-se de concepções, alinhando-se a diferentes pautas, integrando-se a outros grupos. É um processo em que as forças políticas também são reorganizadas, sempre visando à conquista da hegemonia. Como não existem classes sociais sem intelectuais que lhes deem homogeneidade e consciência, os intelectuais das classes em movimento progressivo, ou seja, que estão expandindo seu projeto político-econômico – Gramsci (2002) fala em projeto civilizatório –, com vistas a envolver toda a sociedade, exercem um poder de influência voltado a atrair e subordinar ao seus desígnios (colocar “no bolso”) os intelectuais de outros grupos sociais, criando assim um sistema de solidariedade e coalizão que tende a ocultar ou destruir as diferenças e os antagonismos iniciais existentes entre eles.

Nesse movimento, alguns grupos são aniquilados ou dissolvidos para fazer valer os interesses de outros, isto é, daqueles com maior grau de homogeneidade e consciência de sua função e ação. Nessa direção, ao assimilarem outros intelectuais (individualmente), ou mesmo grupos inteiros que antes pertenciam a forças adversárias e aparentemente inconciliáveis, subordinam aos seus interesses esses mesmos grupos inimigos, ou seja, impedem o desenvolvimento progressivo do adversário, ‘decapitando’ suas lideranças intelectuais, à medida que as absorvem em seus projetos. Com isso, ampliam continuamente seus quadros, para ocuparem novas esferas da atividade econômica e produtiva, além de expandirem também a sua atividade política e cultural, já que sua base social de apoio, com a incorporação realizada, torna-se mais ampla. A esse processo, portanto, Gramsci (2002) dá o nome de *transformismo*. Ele também indica um movimento tático, uma política dentro da revolução passiva, um método para implementar um programa de reformas, sempre ‘pelo alto’, ou seja, sem uma participação mais efetiva das massas nas tomadas de decisão. Por terem seu alcance limitado ao projeto de classe que expressa, as reformas pretendidas dependem da promoção e da cooptação dos membros da oposição ao projeto do bloco no poder.

Diante do exposto e da materialidade da dinâmica de *transformismo* pela qual passou a Undime, afirma-se que a referida organização é uma entidade criada a partir da ossatura do Estado estrito, em sua condição de representante dos entes subnacionais locais, isto é, os municípios, embora formalmente inscrita no âmbito da sociedade civil, que integra, de forma indispensável, uma teia nacional e internacionalmente articulada,

formada por um conjunto de sujeitos políticos coletivos, prevalentemente de cunho empresarial. Essa rede, em íntima relação com instâncias da aparelhagem de Estado, especificamente com o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Básica (SEB) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), definiu e segue definindo e implementando diferentes políticas educacionais, capazes de favorecer, sobremaneira, um acesso mais facilitado ao fundo público por parte de instituições privadas. Corresponde, assim, a uma forma de corroborar o movimento de acumulação de capital, especialmente no contexto de crise e demanda pela abertura de novos mercados, bem como pela manutenção do sistêmico processo de dreno de recursos financeiros públicos por parte de diferentes capitais, sob hegemonia do capital fictício. O papel desempenhado pela Undime relaciona-se, fundamentalmente, à produção de consensos (direcionados à difusão de um conjunto de concepções e valores políticos, sociais e culturais) junto aos sistemas e às redes municipais de ensino, uma tarefa essencial para o processo de adesão às políticas públicas definidas pelo bloco no poder e, por conseguinte, à manutenção da hegemonia da classe burguesa. Cumpre, portanto, um importante e indispensável papel pedagógico, servindo de ponte para a captura de recursos públicos.

Além disso, a referida função assumida pela Undime permite-nos confirmar que tal organização passou por um processo de *transformismo*, nos termos de Gramsci, já que, ao longo da década de 1980, período de sua criação, acomodou e defendeu pautas claramente posicionadas no campo da nova esquerda política⁴ brasileira, especialmente as identificadas com o programa de educação formulado pelos chamados educadores petistas, cujas reflexões foram muito influenciadas por concepções marxistas, mas sobretudo pela pedagogia freiriana. Observa-se, entretanto, já na década seguinte, o processo de cooptação de suas lideranças por APHs empresariais, quando a Undime

⁴ A esquerda não é um bloco monolítico, já que se manifesta em uma pluralidade de grupos, concepções e propostas de solução para os dilemas da sociedade. Nesse sentido, deve-se tratá-la como multiplicidade ou, em outros termos, como ‘esquerdas’, no plural. Diante disso, é fundamental qualificar o campo político denominado de ‘nova esquerda’ brasileira. Esta se desdobrou de diferentes cisões ocorridas no interior do Partido Comunista do Brasil, sobretudo “a partir do golpe de classe de 1964” (Silva, 2009, p. 99). A sua formação pode ser caracterizada pela presença de intelectuais marxistas atuantes dentro e fora do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), organização que, no contexto de redemocratização, agregava grupos revolucionários, originários do PC. De modo paralelo, houve o desenvolvimento da social-democracia liderada por Brizola e, com isso, uma distribuição ainda mais acentuada de grupos esquerdistas. A despeito disso, com a ascensão do operariado na cena política brasileira, especialmente a partir das lutas sindicais inscritas no ABCD paulista, muitos desses militantes, que se encontravam dispersos e fragilmente vinculados a diferentes siglas partidárias, passaram a fazer parte do movimento de criação e consolidação do PT, muitos dos quais atrelados às concepções freirianas de educação popular e à Igreja Católica. Junto a estes se juntaram trotskistas, socialistas, social-democratas e comunistas, especialmente no seio dos movimentos estudantis. Tratava-se, portanto, de uma esquerda bastante fragmentada e heterogênea, que se esforçava para adquirir organicidade. Diante dessa complexa realidade, as pautas com as quais a Undime mais se identificou ao longo do seu período de formação foram apresentadas pelo grupo de militantes de esquerda reunido no interior do PT, cuja influência do pensamento de Paulo Freire, também petista, mostrava-se dominante, embora estivesse longe de ser unanimidade.

passou a estabelecer parcerias com a Fundação Ford (FF)⁵ e o Itaú Social,⁶ inicialmente sob a justificativa da necessária captura de recursos financeiros para a garantia da sua manutenção. Inclusive, de acordo com Maria Helena Guimarães de Castro, presidente da Undime entre 1994 e 1996, a construção da sede da organização só foi possível a partir do acordo firmado com a FF em 1996. Tal articulação com representações empresariais foi acentuada, sobretudo, ao longo dos anos 2000. Assim, a condição de entidade marcadamente autônoma passou a ser desfeita, visto que tal característica exige a capacidade de autofinanciar-se (Fontes, 2006), muito embora os dirigentes da Undime não entendessem desse modo, pois se posicionavam em favor dessas articulações, em razão da inevitável necessidade de garantirem a sobrevivência da instituição, portanto não reconheciam qualquer enfraquecimento ou conformação de suas pautas a interesses privatistas.

Nessa perspectiva, para se compreender esse movimento, ao longo da pesquisa foram postos em evidência a particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, a sua condição de economia dependente, o seu movimento de abertura política após um longo período de ditadura empresarial-militar, além da consolidação da estratégia neoliberal e, no interior desta, de suas variantes ou expressões ideológicas (neodesenvolvimentismo, neokeynesianismo), com destaque para o chamado social-liberalismo, formulação voltada à defesa de uma operacionalização renovada do neoliberalismo em relação aos pontos de referência ideais do Consenso de Washington (Castelo, 2013). Com isso, buscou-se alcançar a clareza necessária à compreensão do contexto histórico de criação e consolidação da Undime, seu papel político, suas diferentes formas de atuação e sua relação com a lógica de expansão das sociedades civil e política brasileiras, reverberadas no crescimento expressivo do número de aparelhos de ação política e ideológica (Casimiro, 2018), isto é, instituições comprometidas com a propagação de um sistema de ações e ideias direcionadas à conquista e à manutenção da hegemonia.

Assim procedendo, foi possível notar como a complexidade alcançada pela sociabilidade capitalista promoveu a constituição de novos arranjos econômicos, políticos e ideológicos, desdobrados no campo educacional brasileiro como manifestação de interesses divergentes e contraditórios, que tiveram importante participação da Undime. Como se vê, a compreensão dessa realidade passa pelo necessário debate acerca do papel do Estado, em seu sentido mais amplo, diante das transformações promovidas no âmbito de um espaço-tempo dominado e conformado pela relação-capital, com

⁵ De acordo com Nigel Brook, responsável pelas ações da área educacional da FF no Brasil entre 1996 e 2002, no momento em que a Undime se consolidava enquanto instância de representação política dos municípios, a sua então presidente (1994-1996), Maria Helena Guimarães de Castro, tendo em vista a busca por aporte financeiro, buscou a FF para estabelecer um acordo de parceria. Desde então, passando pelos subsequentes presidentes da Undime, Neroaldo Pontes de Azevedo (1996-1999; 1999-2001), com quem a Fundação manteve o melhor diálogo, e Adeum Hilário Sauer (1996-1997; 2001-2003), a FF repassou à Undime o montante de \$746.158,00. A primeira doação ocorreu no ano de 1996, e a última em 2002. Uma média de 100 mil dólares de repasses por ano. Entrevista realizada com Nigel Brook via Google Meet, no dia 26 de novembro de 2021. BROOK, Nigel. Entrevista V. [nov. 2021]. Entrevistador: Danilo Bandeira dos Santos Cruz. Florianópolis, SC, 2021. 1 arquivo .mp3 (68 min.).

⁶ O Itaú Social era liderado por Maria Alice Setubal, responsável por realizar as articulações da organização.

hegemonia do capital em sua forma fictícia.

Na esteira da lógica de ampliação do povoamento da sociedade civil por APHs, como forma de socialização da política (Neves, 2005), concretizou-se uma rede de sujeitos políticos coletivos, da qual a Undime participa de modo orgânico. A entidade segue desempenhando um papel importante na definição, implementação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de políticas educacionais no país, desde o seu período de criação, ocorrido em meados da década de 1980, até os dias atuais. Exemplo disso foi sua ativa participação, juntamente com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), na realização do PDE, assim como no processo mais recente de definição e implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, e dos respectivos planos municipais, que daquele se desdobraram, assim como da BNCC, então ainda em fase de implementação.

No tocante à BNCC, a Undime participa ativamente das ações do Movimento pela Base, um aparelho de hegemonia criado em 2013, que aglutinou uma série de organizações, várias delas vinculadas à classe empresarial, em torno do objetivo de formular e implementar a BNCC. Os seus principais parceiros são: a Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave); o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – (Cenpec); a Comunidade Educativa CEDAC; a Fundação Lemann; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundação Roberto Marinho; Instituto Ayrton Senna; Instituto Inspirare; Instituto Natura; Instituto Unibanco; Itaú BBA; TPE; a Undime e o Consed (Movimento pela Base, 2020). Ademais, de acordo com Rebecca Tarlau e Kathryn Moeller (2020, p. 579), a mobilização de uma rede de políticos influentes e especialistas em educação cujo intento é formar consensos sobre a política da BNCC acabou por se materializar como a principal estratégia adotada pelo Movimento pela Base e, nesse sentido, demonstra a importância da Undime e do Consed para que as discussões alcançassem, principalmente, a esfera municipal.

Como se vê, essa entidade representativa dos secretários municipais de Educação tornou-se parte fundamental da ossatura do Estado brasileiro, o qual se reconfigurou, em virtude das alterações promovidas pelo avanço do capital-imperialismo, e ampliou-se diante da diversificação e da multiplicidade de sujeitos políticos coletivos e da complexidade alcançada pela relação entre sociedades política e civil. As suas formas de atuação vão desde o processo de influência na definição de políticas educacionais até a construção de convencimento junto aos sistemas e redes de ensino dos municípios. Uma atuação indispensável, sobretudo, à dinâmica de conquista e manutenção da hegemonia das classes e frações de classe no poder. Isso porque a influência da referida organização sobre diferentes instâncias públicas e privadas e sua capilaridade no interior dos sistemas e redes de ensino do país lhe conferiram (e seguem conferindo) uma posição privilegiada na implementação dos projetos das classes dirigentes ou frações empresariais burguesas, o que tem facilitado a pavimentação do acesso ao fundo público por parte das instituições de natureza privada. Ou seja, em razão de se apresentar aos sistemas e redes municipais de educação como a mais importante e legítima organização representativa dos interesses da educação dos 5.570 municípios do país e, nesse sentido, aparentar se tratar de uma

instituição politicamente neutra, a Undime é positivamente aceita como interlocutora e socializadora de projetos e programas educacionais cunhados por diferentes setores da sociedade e realizados por distintos governos locais, cada vez mais sob a dinâmica da relação público-privada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises presentes na tese que deu origem a esta comunicação expressaram o papel da Undime no processo de definição, implementação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de políticas educacionais no Brasil e suas implicações às disputas por maiores parcelas do fundo público. Isto, em virtude de um processo de transformismo que aproximou a Undime dos interesses das burguesias locais e internacionais, no contexto de avanço das contradições do capitalismo contemporâneo e do indissociável e complementar movimento de reconfiguração do Estado, cuja materialização se efetivou sob a batuta da estratégia de desenvolvimento neoliberal e de sua respectiva variante ideológica, o social-liberalismo.

Desse modo, se verificou que a Undime, em sua histórica atuação político-ideológica, se consolidou como organização fundamental na dinâmica de produção de consensos junto aos sistemas e redes de ensino do país, cujos efeitos, entre outros, têm sido a contribuição para o arrefecimento das prováveis resistências aos projetos, programas e políticas formuladas em rede por intelectuais orgânicos e coletivos da burguesia. Nessa perspectiva, a reflexão apontou que a Undime, após passar por um processo de transformismo, através do qual deixou de ecoar a sua voz em defesa de uma educação única e popular, em certo sentido, convergente com interesses da classe trabalhadora, passou, de forma contraditória, a contribuir efetivamente com o processo de reprodução de ideologias liberais. É possível afirmar ainda que isso só foi e tem sido possível por causa do processo de transformismo – que possibilitou o alinhamento das pautas e ações da Undime à expansão aos negócios da burguesia – já que, de outro modo, talvez a Undime jamais tivesse conquistado o posto que possui na atualidade. Foi graças a essa mudança de rumo político e ideológico e de sua reconfiguração interna e externa que ela se tornou uma organização que, com base em sua grande influência junto a diferentes instâncias públicas e privadas, bem como na sua capilaridade em relação aos sistemas e redes de ensino do país, ocupa uma posição privilegiada no âmbito da rede de apha, atuando na implementação dos projetos das classes dirigentes ou frações empresariais burguesas, o que tem facilitado a pavimentação do acesso ao fundo público aos diferentes capitais, sob hegemonia da sua forma fictícia.

REFERÊNCIAS

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FONTES, V. A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000c.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000d.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere vol 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere vol 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. v. 3.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos N, Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 2.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse** – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução: Maria Duayer e Nélio Shneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**, São Paulo: Boitempo, 2017c.

MARX, Karl. O Capital – Livro II – O Processo de Circulação do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. 2.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico – Livro 4 de O Capital. Tradução: Reginaldo Sant’anna. São Paulo: DIFEL, 1980. v. 2

MARX, Karl. O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, Karl. O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: CHED, 1980.